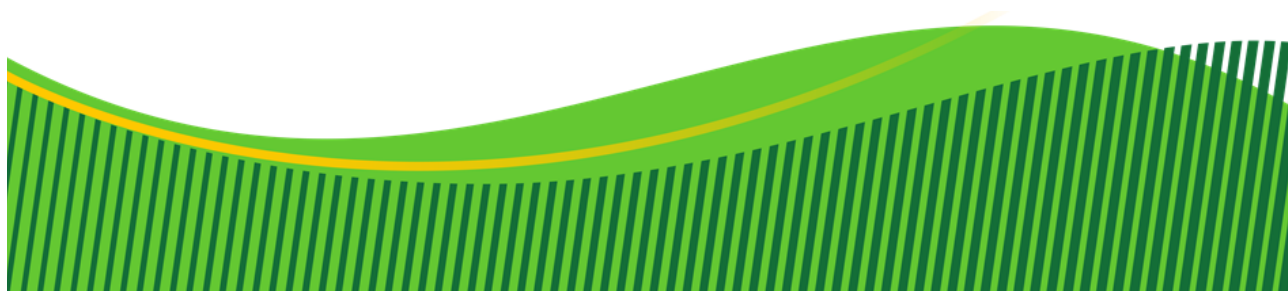


Relatório Anual 2017

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de
Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da
Serra RS/SC**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil**



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
Tapejara - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 9 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	690.567	640.894	CIRCULANTE	348.217	297.219
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	6.559	4.914	DEPÓSITOS (NOTA 12)	118.171	101.315
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	37.427	-	Depósitos à Vista	85.920	73.756
Carteira Própria	37.427	-	Depósitos a Prazo	32.251	27.559
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	307.000	333.576	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	190.574	161.476
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3	2	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	8	-
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	68	7	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	190.566	161.476
Correspondentes no país	189	349	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.230	1.032
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	306.740	333.218	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.230	1.032
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	313.468	282.325	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	7.672	7.694
Operações de Crédito	328.575	296.219	Empréstimos País - Outras Instituições	7.672	7.694
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(15.107)	(13.894)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	30.570	25.702
OUTROS CRÉDITOS	20.035	14.609	Cobrança e Arrecadação de Tributos	129	51
Créditos por Avals e Fianças Honrados	117	4	Sociais e Estatutárias	3.084	2.591
Rendas a Receber	1.374	1.626	Fiscais e Previdenciárias	1.289	1.226
Créditos Específicos	297	270	Diversas (NOTA 15)	26.068	21.834
Diversos (NOTA 08)	18.980	14.525			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(733)	(1.816)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	6.078	5.470			
Outros Valores e Bens	6.208	5.419			
(Provisão para desvalorização)	(231)	-			
Despesas Antecipadas	101	51			
NÃO CIRCULANTE	133.537	100.690	NÃO CIRCULANTE	316.878	308.513
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	133.537	100.690	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	316.878	308.513
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	5.537	2.740	DEPÓSITOS (NOTA 12)	308.935	302.098
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.537	2.740	Depósitos a Prazo	308.935	302.098
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	89.197	63.373	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	7.943	6.415
Operações de Crédito	97.821	71.061	Repasse Interfinanceiros	7.943	6.415
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.624)	(7.688)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 08)	271	82			
Diversos	276	85			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(5)	(3)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	-	17			
Despesas Antecipadas	-	17			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	20.708	20.708	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	159.009	135.852
Outros Investimentos	20.708	20.708	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	44.497	42.933
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	12.442	8.701	De Domiciliados no País	44.497	42.934
Imóveis de Uso	2.500	2.438	(Capital a Realizar)	-	(1)
Outras Imobilizações de Uso	20.385	15.780	RESERVAS DE SOBRAS	101.738	80.912
(Depreciação acumulada)	(10.443)	(9.517)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	12.774	12.007
INTANGÍVEL (NOTA 11)	5.382	5.069			
Outros Ativos Intangíveis	10.420	8.825			
(Amortização acumulada)	(5.038)	(3.756)			
TOTAL DO ATIVO	824.104	741.584	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	824.104	741.584

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

Descrição das contas	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)			01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016 (Reapresentado)		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	43.566	-	43.566	86.602	-	86.602	80.848	-	80.848
Operações de Crédito	41.925	-	41.925	83.861	-	83.861	80.582	-	80.582
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.635	-	1.635	2.735	-	2.735	225	-	225
Resultado das Aplicações Compulsórias	6	-	6	6	-	6	41	-	41
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(23.720)	(588)	(24.308)	(48.586)	(1.059)	(49.645)	(60.959)	(716)	(61.675)
Operações de Captação no Mercado	(12.155)	(28)	(12.183)	(28.635)	(50)	(28.685)	(37.702)	(34)	(37.736)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.858)	(560)	(6.418)	(11.820)	(1.009)	(12.829)	(11.290)	(682)	(11.972)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.707)	-	(5.707)	(8.131)	-	(8.131)	(11.967)	-	(11.967)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.846	(588)	19.258	38.016	(1.059)	36.957	19.889	(716)	19.173
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.491)	2.797	(5.694)	(9.640)	5.394	(4.246)	5.833	5.050	10.883
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.999	5.906	9.905	7.670	11.178	18.848	6.479	8.753	15.232
Rendas de Tarifas Bancárias	4.240	-	4.240	8.168	-	8.168	7.331	-	7.331
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(14.013)	(1.347)	(15.360)	(27.708)	(2.384)	(30.092)	(26.184)	(1.606)	(27.790)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(9.807)	(1.286)	(11.093)	(18.790)	(2.324)	(21.114)	(16.672)	(1.740)	(18.412)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(43)	(279)	(322)	(188)	(535)	(723)	(80)	(413)	(493)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	16.286	343	16.629	37.167	377	37.544	50.346	576	50.922
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(9.153)	(540)	(9.693)	(15.959)	(918)	(16.877)	(15.387)	(520)	(15.907)
RESULTADO OPERACIONAL	11.355	2.209	13.564	28.376	4.335	32.711	25.722	4.334	30.056
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(465)	(98)	(563)	(512)	(98)	(610)	(85)	(148)	(233)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.890	2.111	13.001	27.864	4.237	32.101	25.637	4.186	29.823
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	827	827	-	(28)	(28)	-	(287)	(287)
Provisão para Imposto de Renda	-	486	486	-	(15)	(15)	-	(162)	(162)
Provisão para Contribuição Social	-	341	341	-	(13)	(13)	-	(125)	(125)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	10.890	2.938	13.828	27.864	4.209	32.073	25.637	3.899	29.536
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.209	(4.209)	-	3.899	(3.899)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	10.890	2.938	13.828	32.073	-	32.073	29.536	-	29.536
DESTINAÇÕES	-	-	-	(19.299)	-	(19.299)	(17.529)	-	(17.529)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(4.203)	-	(4.203)	(3.118)	-	(3.118)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.277)	-	(1.277)	(1.201)	-	(1.201)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(11.496)	-	(11.496)	(10.807)	-	(10.807)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.323)	-	(2.323)	(2.403)	-	(2.403)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	12.774	-	12.774	12.007	-	12.007

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	42.122	59.091	11.376	112.589
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(2.735)	(2.735)
Destinações para reservas	-	8.611	(8.611)	-
Outras destinações	-	-	(30)	(30)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	186	-	-	186
Baixas de capital	(2.451)	-	-	(2.451)
Resultado do período	-	-	29.536	29.536
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.201)	(1.201)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.807	(10.807)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.076	-	(3.118)	(42)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.403	(2.403)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	42.933	80.912	12.007	135.852
Mutações do Período	811	21.821	631	23.263
Saldos no início do período em 01/01/2017	42.933	80.912	12.007	135.852
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	(4.942)	(4.942)
Destinações para reservas	-	7.007	(7.007)	-
Outras destinações	-	-	(58)	(58)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	122	-	-	122
Baixas de capital	(2.691)	-	-	(2.691)
Resultado do período	-	-	32.073	32.073
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.277)	(1.277)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.496	(11.496)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.133	-	(4.203)	(70)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.323	(2.323)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	44.497	101.738	12.774	159.009
Mutações do Período	1.564	20.826	767	23.157
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	41.645	87.919	18.245	147.809
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	65	-	-	65
Baixas de capital	(1.346)	-	-	(1.346)
Resultado do período	-	-	13.828	13.828
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.277)	(1.277)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.496	(11.496)	-
Juros sobre o Capital Próprio	4.133	-	(4.203)	(70)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.323	(2.323)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	44.497	101.738	12.774	159.009
Mutações do Período	2.852	13.819	(5.471)	11.200

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC
CNPJ/MF nº 92.555.150/0001-80

	01/07/2017 a 31/12/2017 (Não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	17.868	35.405	35.130
Resultado do semestre/exercício	13.828	32.073	29.536
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.040	3.332	5.594
Provisão para operações de crédito	3.345	2.149	2.852
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	231	231	(13)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	100	(1.081)	1.212
Depreciação do imobilizado de uso	751	1.378	1.146
Amortização do intangível	638	1.282	775
Baixas do ativo permanente	92	107	147
Provisão para passivos contingentes	329	293	381
Destinações ao FATES	(1.277)	(1.277)	(1.201)
Dividendos SicrediPar	(169)	250	295
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(18.909)	(45.778)	26.455
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.653)	(2.797)	(2.434)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(1.482)	(37.427)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	7.685	-	9
(Aumento) Redução em créditos vinculados	37	(62)	197
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	160	160	(44)
(Aumento) em operações de crédito	(105.999)	(59.116)	(8.333)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	77.718	30.626	3.015
(Aumento) em outros créditos	(1.940)	(4.783)	(2.885)
(Aumento) em outros valores e bens	(390)	(823)	(4.102)
Aumento em depósitos	997	23.693	37.283
Aumento em relações interdependências passivas	816	198	24
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(474)	(22)	(1.759)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(415)	(1.104)	(1.182)
Aumento em outras obrigações	7.031	5.679	6.666
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.041)	(10.373)	61.585
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.718)	(5.227)	(3.881)
Aplicações no Intangível	(922)	(1.594)	(1.449)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.640)	(6.821)	(5.330)
Integralização de capital	65	122	186
Baixa de capital	(1.346)	(2.691)	(2.451)
Juros ao capital próprio	(70)	(70)	(42)
Distribuição de Sobras	-	(5.000)	(2.765)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.351)	(7.639)	(5.072)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(6.032)	(24.833)	51.183
Caixa e equivalente de caixa no início do período	319.331	338.132	286.949
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	313.299	313.299	338.132

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 07/12/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispêndios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispêndios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(61.947)	272	(61.675)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.239)	272	(11.967)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	11.155	(272)	10.883
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(18.771)	359	(18.412)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(15.276)	(631)	(15.907)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 07 de fevereiro de 2018.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	6.559	4.914
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	306.740	333.218
Total	313.299	338.132

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.537	2.740
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	5.537	2.740
Total realizável a longo prazo	5.537	2.740

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016
Cotas de Fundos de Renda Fixa	37.427	-
Total circulante	37.427	-

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	114.975	72.538	187.513	162.154
Financiamentos	28.071	15.346	43.417	25.347
Financiamentos rurais e agroindustriais	185.529	9.937	195.466	179.779
Carteira total	328.575	97.821	426.396	367.280

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	117	-	117	4
Devedores por compra de valores e bens	271	274	545	208
Títulos e créditos a receber (i)	13.635	2	13.637	9.927
Total	14.023	276	14.299	10.139

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível A	0,50	132.190	148.013	661	740
Nível B	1,00	170.394	106.744	1.704	1.067
Nível C	3,00	91.749	74.215	2.752	2.226
Nível D	10,00	20.431	21.943	2.043	2.194
Nível E	30,00	7.853	8.355	2.356	2.507
Nível F	50,00	5.336	6.511	2.668	3.256
Nível G	70,00	3.247	2.558	2.273	1.791
Nível H	100,00	9.495	9.080	9.495	9.080
Total (i)		440.695	377.419	23.952	22.861

Em 31 de dezembro de 2017 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 517 (2016 - R\$ 540).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017					2016
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.465	30.721	45.570	44.782	124.538	100.753
Rural	150	28.686	156.693	9.937	195.466	179.779
Industrial	102	3.690	8.784	5.136	17.712	15.924
Comércio	902	17.830	26.039	21.060	65.831	49.492
Outros Serviços	610	7.702	11.654	17.182	37.148	31.471
Total	5.229	88.629	248.740	98.097	440.695	377.419

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	31.010	7,04	27.948	7,41
50 devedores seguintes	65.682	14,90	54.800	14,52
100 devedores seguintes	61.382	13,93	52.489	13,91
Demais	282.621	64,13	242.182	64,17
Total	440.695	100	377.419	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (Reapresentado)
Saldo inicial	23.401	19.337
Constituição de provisão	8.131	11.967
Movimentação de baixados para prejuízo	(7.063)	(7.903)
Saldo final	24.469	23.401

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.480 (2016 - R\$ 4.237), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 17.689 (2016 - R\$ 9.032).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	78	100
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.774	2.710
Devedores por compra de valores e bens	271	124
Devedores por depósitos em garantia	867	952
Impostos e contribuições a compensar	558	167
Titulos e créditos a receber	13.635	9.926
Valores honrados	-	14
Cotas de consórcio	128	58
Devedores por convênios	51	34
Operações com cartões	44	32
Pendências a regularizar	144	5
Outros	430	403
Total Circulante	18.980	14.525

Devedores por compra de valores e bens	274	84
Titulos e créditos a receber	2	1
Total realizável a longo prazo	276	85

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	6.208	5.419
Imóveis	5.820	5.047
Veículos e afins	241	320
Máquinas e equipamentos	72	52
Bens em regime especial	75	-
Despesas antecipadas	101	51
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(231)	-
Total Circulante	6.078	5.470

Despesas antecipadas	-	17
Total realizável a longo prazo	-	17

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 231 de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	11.416	11.416
Sicredi Participações S.A.	9.291	9.291
Outras Participações e Investimentos	1	1
Sicredi Fundos Garantidores	1	1
Total	20.708	20.708

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	3.014.556 ON	3.014.556 ON	1	1	11.415.553	11.415.553
Percentual de participação	6.276.683 PN	6.276.683 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
	1,06%	1,07%	0,61%	0,63%	3,25%	3,25%
Capital social	874.847	869.279	164	165	351.047	351.047
Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	361.565	361.513
Lucro líquido do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	-	-
Valor do investimento	9.291	9.291	1	1	11.416	11.416

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	22.885	(10.443)	12.442	8.701
Imobilizações em curso	-	1.157	-	1.157	1.780
Terrenos	-	1.550	-	1.550	1.550
Edificações	4%	950	(456)	494	471
Instalações	10%	9.112	(4.365)	4.747	1.532
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.982	(2.066)	1.916	1.378
Sistema de comunicação	10%	517	(192)	325	259
Sistema de processamento de dados	20%	4.393	(2.865)	1.528	1.118
Sistema de segurança	10%	707	(305)	402	256
Sistema de transporte	20%	517	(194)	323	357
Intangível (i)		10.420	(5.038)	5.382	5.069
Investimentos Confederação		10.420	(5.038)	5.382	5.069
Total		33.305	(15.481)	17.824	13.770

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	85.920	-	-	85.920	73.756
Depósitos a prazo	12.085	20.166	308.935	341.186	329.657
Total	98.005	20.166	308.935	427.106	403.413

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	190.428	161.135
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	190.428	161.135
Outros Recursos	138	341
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	138	341
Total circulante	190.566	161.476
Recursos do Crédito Rural	7.943	6.288
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	7.943	6.288
Outros Recursos	-	127
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	127
Total exigível a longo prazo	7.943	6.415

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 22/12/2022, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2017	2016
Empréstimos no país - outras instituições	7.672	7.694
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	7.672	7.694
Total circulante	7.672	7.694

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de até 0,04% a.m. com vencimento até 06/12/2018.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	548	1.940
Obrigações por convênios oficiais	6	6
Provisão para pagamentos a efetuar	6.863	6.007
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	937	644
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	2.343	2.048
Pendências a regularizar	37	120
Operações com cartões	13.319	9.463
Demais fornecedores	926	888
Credores diversos	1.089	718
Total circulante	26.068	21.834

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2017	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2017
Trabalhista	420	367	(92)	695
Cível	224	109	(91)	242
Total	644	476	(183)	937

Natureza	Probabilidade de perda	2017	2016
Trabalhista	Provável	695	420
Cível	Provável	242	224
Total		937	644

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 1.977, R\$ 567 e R\$ 119 (2016 - R\$ 42 para Cível), respectivamente.

Adicionalmente, a Cooperativa possui em andamento o processo administrativo nº 38810530, versando sobre matéria tributária em que discute a ausência de recolhimento da Taxa de Serviços Diversos referente ao registro de contrato de financiamento de veículo, devida ao Órgão Estadual de Trânsito (DETRAN/RS), para fins de anotação de gravame. O processo encontra-se em fase de impugnação tramitando junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ/RS, atingindo o valor de R\$ 119, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	44.497	42.933
Total de associados	64.596	62.212

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.564 (2016 – R\$ 811), sendo R\$ 4.133 (2016 – R\$ 3.076) via integralização de resultados e R\$ 122 (2016 – R\$ 186), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.691 (2016 – R\$ 2.451).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10,11% em Conta Capital, no montante de R\$ 4.203, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Altos da Serra - Sicredi Altos da Serra RS/SC, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	32.101	29.823
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(13.483)	(12.526)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	1	5
Provisão resgate de milhas cartão	26	5
Provisão PPR	56	18
Receita com atos cooperativos	11.703	10.768
Juros sobre capital próprio	1.765	1.310
Outros	(96)	133
Subtotal	13.455	12.239
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(28)	(287)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	5.537	2.740
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	37.427	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	306.740	333.218
Outros Créditos - Rendas a receber	1.071	867
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	2.454	2.617
Investimentos (Nota 10)	20.708	20.708
Intangível (Nota 11)	5.382	5.069
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	198.509	167.891
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	7.672	7.694
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	13.286	9.323
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.735	225
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	7.523	6.014
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	32.404	43.895
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	12.829	11.972
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 20)	850	813
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 22)	9.260	7.640

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	186	0,22%	100
Depósitos a prazo	816	0,24%	788
Operações de crédito	1.960	0,46%	1.533

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.734	2.643

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016 (Reapresentado)
Despesa de água, energia e gás	554	549
Despesa de aluguéis	2.716	2.281
Despesa de comunicação	1.566	1.548
Despesa de manutenção e conservação	1.922	1.568
Despesa de material	453	358
Despesa processamento dados	484	312
Despesa de promoções e relações públicas	1.088	964
Despesa de propaganda e publicidade	329	310
Despesa de seguro	138	144
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.071	1.956
Despesa de serviços de terceiros	1.070	749
Despesa de serviços de vigilância e segurança	2.172	2.109
Despesa de serviços de técnicos especializados	851	572
Despesa de serviços de transportes	1.412	1.241
Despesa de viagem	234	163
Outras despesas administrativas	4.054	3.588
Total	21.114	18.412

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	1.847	2.016
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	31.359	42.102
Reversão de provisões operacionais	2.742	4.931
Outras rendas operacionais	1.596	1.873
Total	37.544	50.922

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (Reapresentado)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.496	1.098
Contribuição O.C.E.	109	93
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	296	280
Contribuição Confederação Sicredi	6.218	4.862
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	766	770
Encargos da administração financeira	175	238
Repasse administradora de Cartões	612	609
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.282	783
Outras provisões operacionais	3.142	5.363
Outras despesas operacionais	2.781	1.811
Total	16.877	15.907

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas (i)	110.827	99.927
Coobrigações em cessões de crédito	14	15
Total	110.841	99.942

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Fname e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o de alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de

Limites operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	155.308	133.550
Nível I (NI)	155.308	133.550
Capital principal - CP	155.308	133.550
Capital social	44.497	42.933
Reservas de capital	101.738	80.912
Lucros acumulados	12.774	12.007
Ajustes Prudenciais	(3.701)	(2.302)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	643.716	543.309
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	425	373
Margem de Capital (i)	87.293	79.524
Índice de Basileia (PR / RWA)	24,13%	24,58%
Situação de Imobilização (Imob)	14.123	11.469
Índice de Imobilização (Imob / PR)	9,09%	8,59%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Paulo Omar Ferronato da Rosa
Diretor Executivo
CPF: 398.130.880-87

Douglas Zanandrea
Diretor de Operações
CPF: 952.401.100-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20